

DCE DA UFES NO PERÍODO DA ABERTURA POLÍTICA (1979-1985)

Bruno Gomes Lozorio

Graduando em História

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Tendo em vista a grande importância do movimento estudantil frente à Ditadura Militar que vigorou no Brasil dentre os anos de 1964-1985. A grande atuação e a participação do DCE da Universidade Federal do Espírito Santo dentro do movimento estudantil foram importantes para a sua construção como resistência dentro dos campi da universidade. Ressalta-se a relevância de outras organizações estudantis como DA's e CA's para a construção e articulação do movimento estudantil e a reabertura do DCE.

Abstract: Considering the value of the student movement in front of the military dictatorship that was in operation between 1964 and 1985. The great performance and participation of Federal University of Espírito Santo's DCE (central directory of students) inside the student movement was important for its construction as resistance within the university campuses. Others student organizations, as DA's and CA's, stands out because of its relevance for the construction and articulation of the student movement and for the reopening of the DCE.

Palavras-chave: Universidade; Ditadura Militar; Repressão Política; DCE; Movimento Estudantil.

O movimento estudantil durante o período da Ditadura Militar fora uma ampla forma de organização e resistência perante o governo em várias universidades espalhadas pelo Brasil.

Uma nova onda de repressão surgida pós AI-5 no ano de 1968 e com o decreto 477 promulgado em 1969 fora concebida para desmantelar e desmembrar o movimento estudantil que, de certa forma, era considerado inimigo do regime vigente. Propunha a punição para os chamados agitadores, ou seja, visava punir qualquer subversivo que tramasse contra a Ditadura ou agitasse manifestações. Tais subversivos eram em maioria estudantes de instituições públicas de ensino, e tal decreto gerou inúmeros protestos e virou um símbolo da ditadura e sempre lembrado nas manifestações em prol da redemocratização.

Segundo (MOTTA, 2014) os funcionários e professores também podiam ser punidos com base no decreto, mas ele fora concebido em especial para desestruturar as organizações dos estudantes, praticamente os únicos punidos pelo 477. De fato, as

infrações previstas remetiam a práticas da militância estudantil, sobre tudo nos anos de 1967 e 1968. Além de desligados das faculdades, os estudantes punidos ficavam três anos proibidos de se matricular em outra instituição de ensino superior.

De acordo com Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes e suas análises e pesquisas nos materiais dos acervos dos órgãos de repressão, no caso o DOPS/ES, o SNI e AESI/UFES, chegou-se a conclusão que pode ser dividida entre quatro ondas repressoras durante a Ditadura Militar. No entanto me atentarei com mais afinco nas três últimas ondas.

É de suma importância ressaltar a participação e criação da Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e a Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Como retrata o Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, elas foram criadas para a vigilância e controle político, principalmente nas universidades. Além disso, é importante citar a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) justamente para a vigilância dos “terroristas” ou subversivos, dentre eles vários estudantes.

A segunda onda de acordo com (DAMARTINI, 2015) veio ocorrer nos anos da criação do AI-5 (1968) e decreto 477 (1969), que é marcada em esfera internacional da efervescência dos movimentos estudantis. Em outubro de 68 acontece o XXX Congresso da UNE que ocorre na total ilegalidade. No entanto ao longo do evento há a invasão dos agentes das forças de repressão e ficharam todos os presentes, prenderam os líderes do movimento estudantil brasileiro, e de acordo com (FAGUNDES, 2012) 13 estudantes capixabas foram presos.

Para (DAMARTINI, 2015) devido ao acontecimento no congresso da UNE, levou a uma operação com o intuito de desarticular o movimento estudantil. Como (FAGUNDES, 2013) é impar a constante troca de ofícios entre a UFES e os órgãos de repressão como o DSI/MEC e o SNI. O endurecimento no regime levou no ano de 1969 a invasão e fechamento da sede do DCE da UFES.

A terceira onda de acordo com (DAMARTINI, 2015) se decorreu na primeira metade da década de 1970, tendo como o seu ápice entre o final do ano de 72 e o início do ano de 73. Como (FAGUNDES, 2012) apresenta, o período é marcado pela intensa

repressão dentro dos campi, com uma perseguição às estudantes e professores, principalmente os ligados ao PCdoB.

A quarta onda repressiva é marcada principalmente como uma forma de golpear a retomada dos movimentos estudantis na esfera nacional como (DAMARTINI, 2015) mostra. No ano de 1977 surgiram várias lideranças e movimentos em prol da reestruturação da UNE. Na mesma época, concorrente a esses movimentos, surgiu uma agitação nas atividades em prol da reorganização do movimento estudantil. A alta participação política movimentada pelos estudantes universitários mesmo atuando na vanguarda, fora de extrema importância. Sobre esse período, há várias publicações como cartazes, folhetins, jornais, distribuídos, organizados e feitos por esses estudantes, não sendo algo exclusivo do DCE, como também de vários DA'S e CA's como é o caso dos DA's do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas como também o Centro de Biomédicas.

Em meados de 1975 como é mostrado em (FAGUNDES, 2016) essas duas entidades teriam tido o papel importantíssimo no processo de reestruturação do movimento estudantil na UFES inflamados pelo movimento de abertura política. O DA do Centro Biomédico com a eleição da chapa "Questão de Ordem". Vale lembrar que esse DA tinha sido fechado em 72 com a prisão de estudantes acusados de pertencerem ao PCdoB. Além disso, vai ocorrer à reabertura do DA do CCJE com a eleição da chapa Gota D'Água no ano de 1976. Cada um desses DA's possui um dossiê "exclusivo" no acervo do DOPS/ES, o que significa que ambos eram monitorados pelos órgãos de repressão, tanto no processo eleitoral de ambas como as suas demais atividades. Ambas também possuíam jornais: Questão de ordem e O grito, que contavam com vários artigos e notícias de todo campi da UFES e as demais informações de seus cursos.

A vitória da chapa Gota D'Água fora de suma importância e, como mostrado no Livro da Comissão da Verdade da UFES lançado em março do ano de 2017, é considerado um marco e divisor de águas para o movimento estudantil capixaba, pois uma das promessas era a reabertura do DCE e, de fato, vão ter participação importantíssima também na reestruturação da UNE no ano de 1979.

No ano de 1978 de acordo com (DAMARTINI, 2015) ocorre à eleição do DCE, cerca de 8500 alunos matriculados, e com a participação de 6247 estudantes elegeram a

chapa Construção liderada por até então Paulo Cesar Hartung, estudante do curso de economia. Os agentes de repressão acompanharam de perto e, no entanto, como relata a Comissão da Verdade/UFES e há uma carência na documentação devido à incineração dos mesmos por iniciativa do próprio chefe da AESI/UFES Alberto Monteiro. Vale ressaltar que Alberto Moreira foi de certa forma um terror para os estudantes da UFES nesse período, vigiando, delatando os que para o mesmo seriam subversivos. Apesar do pesar da queima de arquivos a mando de Alberto Monteiro, uma ampla documentação fora encontrada no acervo do DOPS/ES e do SNI, servindo de base para a Comissão da Verdade/UFES coordenada pelo Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

Após a reorganização do DCE, a vigilância de assembleias, reuniões e a participação dos dirigentes na campanha da Anistia, como relata (DAMARTINI, 2015) ganharam um novo fôlego com as eleições. No entanto o confisco de material de propaganda e tendências do movimento estudantil continuou sendo atividade interna nos campi.

O DCE da UFES teve participação impar para a reestruturação do movimento estudantil no florescer da abertura política no final da década de 1970, travando uma oposição e resistência ao regime ditatorial. No entanto, vale-se da crítica nos rumos do movimento estudantil e as lideranças que se levantam. Essas lideranças estariam prezando pelos interesses dos estudantes ou em benefício próprio, fazendo do próprio movimento estudantil como um palco ou um trampolim político. De certo é o movimento acaba servindo de estagio para a vida política, vide Paulo Hartung, José Serra, entre tantos outros que se engajaram na politicagem. Vendo a atual gestão do DCE, a F5, que preza pela política do pão e circo, e nada faz para as melhorias dentro dos campi, ou na luta pelos interesses dos estudantes, que ridiculamente não reconheceu a maior assembleia de estudantes da UFES em toda a história da instituição no ano de 2016. Fica a tristeza e a melancolia, sem lembrar-se do medo desses mais do mesmo. Essa colocação não desmerece a luta do movimento estudantil, seja nos tempos de chumbo quanto nos dias atuais, porem vale toda crítica e a reflexão.

Referências:

FAGUNDES, Pedro Ernesto e FONSECA, Leandra Nascimento. 1968 em foco: imagens do movimento estudantil capixaba nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social(DOPS/ES) in FAGUNDES, Pedro Ernesto(org.). Arquivos da Repressão Política no estado do ES (1930-1985) in Coleção Rumos da História. GM Editora. Vitória, 2011.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Memórias silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. DOPS/ES (1930-1985) Vitória: GM Editora / APEES, 2012. 98P. II

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, As universidades e o regime militar :Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.2014

DAMARTINI, Marcio Gomes. A reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na década de 1970. XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Relatório final Comissão da Verdade/UFES. UFES/SUPECC, 2016.